

DOSSIÊ TEMÁTICO
Infância e Educação

**LIPMAN E O ENSINO DE
UMA FILOSOFIA IDEAL**

*Liliane Barreira Sanchez**

Resumo: Este trabalho apresenta os princípios gerais do Programa de Filosofia para Crianças de Matthew Lipman, questiona alguns de seus pressupostos filosóficos e pedagógicos, criticando seu caráter normativo e contraditório. Questiona os objetivos deste programa, baseado no ensino da lógica e na formação de valores. Critica a proposta de neutralidade política e ideológica de um ensino de filosofia, que pretende formar bons cidadãos para conviver em uma sociedade democrática ideal, através do uso de metodologias específicas para esse fim.

Palavras-chave: Filosofia. Educação. Infância.

Na década de 60, o filósofo norte-americano Matthew Lipman sistematizou um programa de ensino de filosofia para crianças, com o qual pretendia reformar o sistema educacional americano, a seu ver até ali incapaz de promover o desenvolvimento adequado do raciocínio e

* Doutoranda em Filosofia da Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: lilianesanchez@terra.com.br.

da capacidade de julgar dos alunos. Para tanto, segundo Lipman, a prática da filosofia era indispensável. Além de buscar fundamentar teoricamente o papel da filosofia na educação das crianças, o autor desenvolveu uma metodologia e um currículo específicos, destinados às escolas. Dessa forma, institucionalizou uma nova área de interesse da educação (e por que não dizer, da própria filosofia?): o de fazer filosofia com crianças. A proposta, que chegou ao Brasil na década de 80, é atualmente aplicada em mais de 30 países do mundo, tendo inspirado críticas e alternativas. Da mesma forma, muitos dos estudos, dissertações e teses a que deu origem pretendem hoje questionar suas bases, sua metodologia e prática.

Em que pesem todos os questionamentos a que vem sendo submetida, talvez um dos méritos que não se pode negar à iniciativa de Lipman é o de trazer para o campo da reflexão filosófica um objeto que pouco a freqüentou: a infância. Além disso, é preciso reconhecer que, ao menos pelas reações que suscitou, a proposta de Lipman reavivou o debate sobre a qualidade crítica do ensino de filosofia correntemente ministrado nas salas de aula. Muitos são os trabalhos que, principalmente entre as décadas de 70 e 90, debruçaram-se sobre este assunto, motivados pelas discussões sobre a retirada do ensino de filosofia da grade curricular, na época da ditadura militar, e seu posterior retorno, num momento considerado de “abertura política”. A maioria destes trabalhos enfatizava o prejuízo ocasionado pelo caráter formal e artificioso que acompanhava a tradição didática da filosofia, que regularmente substituiu a busca de desenvolvimento do pensamento original dos alunos pela transmissão de uma história de autores e correntes. A filosofia acabava por tornar-se uma disciplina enfadonha, com datas e nomes a serem decorados, ao invés de uma disciplina estimuladora de questionamentos e raciocínios criativos.

O que pretendemos com este trabalho, a despeito da grande e variada quantidade de críticas que a proposta lipmaniana vem recebendo, é concentrar nosso foco na abordagem que tal proposta apresenta sobre o ideal de um ensino de filosofia, ou, como dissemos

no título, sobre “o ensino de uma filosofia ideal”. Com isso, acreditamos estar oferecendo uma contribuição, ainda que provisória, para aquilo que vem sendo o principal objeto de nossa preocupação: o caráter expansionista de tal proposta, sua disseminação mundial e sua assimilação pouco crítica em alguns contextos. Consideramos ser uma tarefa urgente analisar os pressupostos ideológicos que a embasam, tendo em vista as prováveis conseqüências que sua adoção poderá acarretar ao campo da educação e da filosofia, sobretudo em nosso país. Não podemos deixar de mencionar que tal proposta é igualmente merecedora de análises críticas no que diz respeito a muitos outros aspectos que lhe são próprios – sejam eles de natureza prática, tal como a sistemática preconizada pelo autor e sua equipe para a adoção e a comercialização do Programa, sejam eles de ordem teórico-conceitual, como é notadamente o caso, dentre outros, da visão do papel do professor, da concepção de democracia e cidadania e do tipo antropológico de aluno e de infância que estão nas bases do projeto.

No que diz respeito ao nosso objetivo, identificamos uma fundamentação claramente normativa na proposta lipmaniana. O autor se preocupa em descrever como “deve ser” uma educação filosófica das crianças, partindo de quatro conceitos: *filosofia*, *investigação*, *diálogo* e *educação democrática*. Segundo o autor, faz-se filosofia quando se praticam regras que se definem pelos parâmetros lógicos e metacognitivos de um diálogo ou uma investigação. Lipman identifica como filosóficas as perguntas que questionam um *tema comum* (que tenha a ver com todos os seres humanos e não apenas com alguns poucos, que tenha a ver com a “humanidade” dos seres humanos), *central* (que despreze detalhes ou particularidades sem maior significado, e coloque questões de importância para a vida, tais como: liberdade, vida, morte, amizade) ou *controverso* (capaz de gerar uma polêmica nunca esgotada pela investigação).

Lipman concebe como “investigação” toda prática autocrítica e autocorretiva. Ele propõe a criação da “comunidade de investigação” como “novo paradigma” em educação, pelo qual as aulas deveriam

deixar de ser aquilo que são, para converter-se em círculos de investigação filosófica. O conceito de “comunidade de investigação” recebe influência significativa da tradição pragmatista, representada nos Estados Unidos por Charles S. Peirce e John Dewey, entre outros.

Em particular, Lipman fundamenta sua teoria usando como base os conceitos de *comunidade* e de *investigação* presentes na filosofia de Charles S. Peirce, destacando sua importância no processo de produção do conhecimento. Para Peirce, a dúvida é o elemento inicial de uma investigação científica, que envolverá a comunidade num processo de busca de respostas (crenças). Porém, essas respostas (crenças) também devem ser continuamente confrontadas com as experiências vividas (empirismo), fazendo com que o processo de conhecimento seja uma infinita busca por argumentações e contra-argumentações, ou uma investigação sempre aberta a novas verdades e possibilidades. Desta forma, as respostas a serem produzidas (crenças), quando consolidadas depois de alguns confrontos, tornar-se-iam mais firmes, mais consistentes. Porém, como é no âmbito da própria comunidade que essas crenças se solidificam, nela encontrando seu solo e suas possibilidades de interpretação, a comunidade desempenha um papel crucial no processo do conhecimento, fixando antecipadamente, pode-se dizer, as metas e os limites de cada investigação. Percebe-se, assim, que a transposição operada por Lipman do ideal peirciano de “comunidade científica” para o campo da filosofia não se dá sem um custo ideológico bastante alto.

Para Lipman, a comunidade é o lugar do diálogo filosófico, que é o caminho autêntico para se fazer filosofia. O autor entende que uma pessoa se constitui pelas normas e valores que adquire no convívio social, por isso, é de suma importância cultivar atitudes democráticas e filosóficas na sala de aula, na *comunidade de investigação*, para que se possam formar alunos com ideais democráticos e atitudes filosóficas. É de suma importância o estabelecimento de tal comunidade, já que, ao estimular o que ele chama de “diálogo filosófico”, ela forneceria desenvolvimento ao *modelo ideal* de sociedade, que, por sua vez,

produziria o *modelo ideal* de indivíduos. Toda a proposta de Lipman é assim definida por “modelagens”, pela busca de um ideal de homem a ser alcançado através da educação filosófica das crianças.

Quanto a Dewey, sua influência sobre Lipman se faz especialmente visível em sua definição de educação. Dewey vê a educação como uma forma de aprimorar a experiência do estudante, reorganizando-a, reconstruindo-a, enriquecendo-a. Esse enriquecimento se dá através das ferramentas que a educação propicia ao estudante para o aprimoramento de suas experiências futuras. Para isso, é preciso que a educação escolar forneça os instrumentos que propiciem ao aluno o estabelecimento de contínuas conexões entre a experiência do passado, do presente e do futuro, entre a experiência social e individual. Dewey vê na escola o espaço de construção do pensamento do aluno. Por isso, critica a concepção de ensino-aprendizagem baseada apenas na transmissão de conteúdos, que ele considera um processo passivo de aprendizado. Longe de desprezar o conhecimento, ele o considera como um meio para aprimorar o desenvolvimento do pensamento e julgamento do aluno, que seriam as atividades principais do processo educativo. Para Dewey, enfim, a educação é um processo de troca entre os interesses dos estudantes, suas inquietações e as demandas sociais que a escola representa.

Nesses termos, estabelece-se a importância que Dewey atribui à filosofia, como disciplina que, por excelência, cultiva o pensar e problematiza a experiência. O autor rejeita a concepção especulativa da filosofia que não se compromete com a experiência social: para ele, esta disciplina está intimamente relacionada à concepção de educação, com a qual compartilha suas finalidades, promovendo o enriquecimento da experiência, e seu questionamento. Porém, são evidentes os limites que a filosofia recebe na formulação de Dewey, que a concebe como uma *teoria geral da educação*, não reservando à disciplina qualquer lugar especial na prática educativa – ao contrário do que é levado a fazer em relação às ciências, para as quais reserva um espaço mais do que central. Poder-se-ia dizer que Lipman toma em contrapelo as disposições de

Dewey, não fossem, em sua obra, as fronteiras entre filosofia e ciência tão pouco nítidas.

Lipman se fundamenta, ainda, na estreita relação que Dewey constrói entre educação e democracia. Para ambos os autores, a democracia é a forma de vida mais apropriada ao enriquecimento humano, pois apenas num contexto democrático é possível ao homem problematizar e recriar os diversos aspectos de sua experiência. Como as instituições educativas atuam na ordem social, os autores propõem uma educação “para” e “na” democracia, na medida que uma prevê as ferramentas necessárias aos estudantes para o desenvolvimento da outra, e vice-versa. A educação deve cumprir uma função democratizante na vida social dos alunos, possibilitando a compreensão dos fundamentos da ordem social, suas causas e conseqüências. Somente o contexto democrático garante a liberdade e a possibilidade da investigação e do pensamento.

Lipman pretende valorizar essa relação entre educação e democracia centralizando seu foco no ensino da filosofia. Ele considera que desde o início da formação escolar as crianças estão aptas à prática da filosofia. Assim, caberia à filosofia preparar as crianças para pensar nas outras disciplinas, isto é, tanto para pensar a *partir* quanto *sobre* cada disciplina; e lhe caberia, igualmente, outorgar unidade ao que aparece, no currículo, disseminado. Lipman considera a filosofia como uma prática que fornece à experiência educacional seu sentido e as ferramentas que lhe são indispensáveis.

Para construir um diálogo entre as crianças e a tradição ocidental da filosofia, Lipman criou “novelas filosóficas”, que, segundo ele, apresentariam os problemas filosóficos em linguagem e contexto considerados adequados para os seus leitores. Por outro lado, Lipman postula o interesse das crianças como o ponto de partida de toda investigação nas salas de aula. Assim sendo, o programa “filosofia para crianças” seria o produto da interação entre os interesses, problemas e inquietudes das diferentes faixas etárias e aquilo que a metodologia lipmaniana preparou para desenvolvê-los “adequadamente”.

Instrumentos centrais dessa metodologia, as “novelas filosóficas” escritas pelo próprio autor e seus colaboradores, apresentam diálogos entre crianças, pais, vizinhos, professores, tentando simular situações com as quais as crianças-leitoras possam se identificar. As crianças-personagens representam modelos de “investigadores” que debatem questões significativas do seu cotidiano. Para que os professores sem formação filosófica possam lidar com a proposta em sala de aula, Lipman também elaborou manuais que propõem exercícios e planos de discussão a partir das idéias principais contidas nas novelas. Contam-se, ao todo, oito novelas, adequadas para as diferentes séries escolares; no Brasil, somente cinco foram traduzidas e aplicadas. Elas se propõem a trabalhar principalmente temas lógicos (raciocínio analítico) e éticos.

Um ponto ausente na proposta de Lipman é a consideração das implicações que o fechamento ideológico em que vivem as sociedades e grupos sociais poderia suscitar em seu programa. De fato, apesar dos seus pressupostos teóricos de sustentação, a proposta de Lipman pretende que as aulas de filosofia para crianças possam ser ideologicamente neutras – ou capazes de neutralizar a ideologia que as crianças trazem de seu meio. Seria possível formar cidadãos críticos por meio de aulas de filosofia ideologicamente neutras? Seriam possíveis aulas de filosofia ideologicamente neutras? Então, de que filosofia estamos falando?

Vários filósofos e educadores, ao longo da história da educação, defenderam diferentes argumentos, métodos e objetivos sobre o sistema educacional; todos eles, divergentes ou não, apontam, porém, para uma direção que não deixa dúvidas: a grande importância social de um sistema educativo para a manutenção ou transformação de um regime político e econômico de governo. Sendo assim, e levando-se em conta a dimensão da aceitação de que a proposta lipmaniana tem sido objeto, cabe questionar: o que pretende claramente essa proposta e o que dela podemos esperar? Que ideologias políticas e pedagógicas sustentam os argumentos teóricos que pretendem fazer do ensino de filosofia uma ferramenta para a formação de cidadãos críticos,

participativos e éticos? Que metodologias e conteúdos têm sido aplicados ou sugeridos em sala de aula e em que medida eles têm sustentado uma prática coerente com a proposta teórica?

Lipman, seguindo Dewey, prioriza o desenvolvimento do pensamento e do julgamento no processo educacional. Por considerar a filosofia como a disciplina dedicada ao pensamento, reserva-lhe lugar de destaque de máxima importância no currículo escolar: ela seria capaz de problematizar a realidade, contribuindo inclusive para a problematização dos diferentes conteúdos das outras disciplinas e construindo uma ponte de “sentidos” capaz de unificar o currículo escolar. Segundo o autor, a filosofia seria, mais ainda, capaz de transformar o modo de vida das pessoas, por fazê-las capazes de pensar melhor, de investigarem com espírito crítico e criativo, de serem mais razoáveis e de serem mais cuidadosas em suas relações sociais e intelectuais.

Enfim, a filosofia se revelaria a própria base da educação, na medida em que se apresenta como ferramenta para o desenvolvimento de todo o pensar – tanto aquele que denomina de “normal” (ou cotidiano) quanto o que define como “Pensar de Ordem Superior”. O primeiro seria o pensamento acrítico e mecânico, enquanto que o segundo combinaria as três características máximas da reflexão: criticidade, criatividade e cuidado.

Por criticidade no Pensamento de Ordem Superior, Lipman entende a capacidade questionadora e deliberativa que problematiza, examina e avalia as razões, os fundamentos e as crenças. Um pensamento crítico é autocorretivo e sensível ao contexto no qual está inserido. Por criatividade, o autor entende a capacidade de inovar, de ser pluralista e independente, aplicando determinados critérios na busca de juízos que transcendem a si mesmos e enfatizando a variedade e a diferença. Por cuidado ele entende a aplicação de valores no próprio pensar, considerando a dimensão da emoção daquilo que se aprecia, que se considera importante, valoroso, tal como o exemplo de uma obra de arte ou a atenção dada às relações humanas.

Estes elementos convergem para o primeiro ponto que gostaríamos de destacar no Programa de Lipman: trata-se da idéia de que crianças que aprendem a desenvolver um Pensar de Ordem Superior se tornariam, de forma quase que necessária, razoáveis, tolerantes, respeitosas e democráticas. É desta forma que Lipman fundamenta a função sociopolítica da “educação para o pensar”. Assim sendo, compreende-se que a filosofia para crianças apóia-se em uma normatividade pela qual se pretende que, através do uso e desenvolvimento de algumas ferramentas lógicas e cognitivas, se desenvolva um determinado tipo de ser humano capaz de um determinado tipo de convivência na sociedade. Eis porque e sobre que bases Lipman enfatiza a necessidade de se ensinar “filosofia” desde a mais tenra idade, registrando a tempo e a contratempo a necessidade de que esse ensino as acompanhe por toda a vida escolar, direcionando o currículo e a própria educação: disso depende, em sua avaliação, a certeza de formação de um bom cidadão democrático, que seria fruto necessário dessa proposta educativa. Envolvendo as crianças em diálogos filosóficos nas comunidades de investigação, já se estaria desde cedo fazendo com que elas vivenciem um “modelo” que vale pela própria democracia, com que elas se acostumem às regras democráticas da deliberação e do respeito ao próximo.

Um segundo ponto a destacar é o do próprio terreno sobre o qual o autor edifica sua proposta filosófica de formação de cidadãos críticos, criativos e cuidadosos. Como dissemos, Lipman afirma, repetidamente, que a democracia precisa da filosofia como ferramenta de preparação para a deliberação democrática. Porém, para o autor, o fiel do diálogo filosófico em uma comunidade de investigação é a lógica – que garantiria a sua condução e direção. A lógica direcionaria o diálogo, não permitindo que ele se perdesse ou se tornasse confuso. Ela se apresenta, pois, no projeto lipmaniano como a metodologia implícita que conduz a investigação. Mais ainda, para Lipman, a lógica é fundamental no raciocínio, possibilitando a descoberta do critério da verdade. Um bom pensador, imagina o autor, precisa dominar alguns

critérios, tais como: narração, descrição, análise de conceitos, tradução de significados, interpretações, inferências, capacidade para sínteses e para se pôr no lugar do outro... e seria a lógica a garantia de aquisição de, pelo menos, alguns desses, senão de todos.

Em sua proposta de “educação para o pensar”, Lipman pretende trabalhar o tema específico da lógica com crianças de 10/11 anos de idade, o que equivale no Brasil à 5ª série do ensino fundamental. A novela destinada a essa função recebeu, na tradução brasileira, o título de **A descoberta de Ari dos Telles** (supostamente uma brincadeira com o nome de Aristóteles) e seu manual de instruções (dedicado ao uso dos professores) foi intitulado **Investigação filosófica**. Em ambos os volumes, trata-se de ensinar, através de situações de diálogos entre os personagens, os conteúdos básicos da lógica identitária e de relações, tal como se apresenta na experiência “informal”; mas, um espaço considerável é reservado à formalização aristotélica. Não se registra, entretanto, em qualquer passagem de tal novela, a preocupação em mostrar as possibilidades de contestação das verdades lógicas, assim como não há um propósito aparente para se questioná-la. Trata-se apenas da imposição de uma ferramenta que deve ser ensinada aos alunos, que deve ser internalizada por eles, da mesma forma como acontece com os personagens das novelas. Para garantir um bom resultado desse aprendizado, o manual oferece um grande número de exercícios que devem ser aplicados pelo professor.

Ao atribuir tamanha importância à lógica, Lipman define o tipo de enfoque dado à filosofia e ao pensamento em sua proposta, que, longe de enfatizar o caráter provisório, aberto e plural da reflexão filosófica, privilegia o estabelecimento de determinadas regras e parâmetros que, segundo o autor, permitiriam a construção daquilo que é por ele denominado “pensamento”. Repare-se que é esse privilegiamento da lógica que determina o caráter aparentemente “neutro” do ensino filosófico, em nome do qual o caráter conflitual do campo político se esfumaça e a educação passa a servir a apenas uma abordagem da filosofia – ainda que o autor insista em proclamar

que seus propósitos servem a um regime democrático de governo. É esse privilegiamento, ainda, que fornece ao autor as bases de definição apriorística das regras e das metas da democracia, da mesma forma como permite determinar de forma acabada e universal a “filosofia” que deve ser aplicada, seus objetivos, métodos e mesmo seus instrumentos – as novelas e manuais. Profundamente determinista, a concepção de ensino de filosofia proposta por Lipman deixa, é evidente, pouco ou nenhum espaço para um diálogo com outras possibilidades do vir a ser, não oferece qualquer abertura ao novo, ao outro, a algo que possa ser diferente dessas definições. Fecha por completo a discussão filosófica.

Correlata à tentativa implícita de “neutralização” da reflexão filosófica, a pretensão à universalidade que atravessa o projeto de ensino de filosofia para crianças introduz problemas insolúveis para a proposta lipmaniana. Tanto a filosofia como a educação são práticas históricas e sociais. Os materiais de Lipman (novelas e manuais) foram produzidos nos Estados Unidos, nas quatro últimas décadas: apesar da especificidade dos temas e diálogos neles contidos, mantêm uma pretensão de universalidade. Mas, por um lado, se de fato os temas filosóficos dizem respeito à humanidade em geral (macrocosmo), em que condições poderiam eles fundamentar um pensar sobre a prática sempre particular de cada contexto? Por outro, sendo impossível negar que a recepção desses temas deve (ao menos teoricamente) variar segundo esses contextos e culturas que atravessam (microcosmo), que espaço é concedido pelo programa à originalidade das criações locais? É preciso, assim, pensar sobre as implicações do uso de materiais previamente formulados e sua intencionalidade. Em que sentido e até que ponto é possível conciliar a defesa de uma educação democrática à oferta de manuais acabados? Como conciliar a determinação contida nos pressupostos, métodos, procedimentos e instrumentos com a defesa de uma investigação filosófica? Nesse sentido, a normatividade presente em todos os aspectos, teóricos e práticos, da proposta de Lipman denunciam seu caráter profundamente contraditório.

Repare-se, no entanto, que muito do sucesso amealhado pelo Programa de Filosofia para Crianças repousa no caráter acabado, operacional da proposta de Lipman – que se oferece como um conjunto programático até os mínimos detalhes. Não há dúvidas, ainda aqui, que é a lógica a ferramenta de conversão de seu sistema em um programa tão sedutor, por sua acessibilidade e sua convergência. Mas como poderiam a educação democrática, e a reflexão filosófica se acomodarem a materiais e metodologias que pressupõem uma concepção tão instrumental da filosofia? Assim, o milagre operado por Lipman parece depender inteiramente da redução das realidades humanas, inclusive das questões éticas apresentadas em suas novelas, ao que permite o emprego das ferramentas lógicas de seus manuais.

Lipman pretende que lógica e ética estejam presentes em todas as novelas, porém define **Ari** como a novela que aborda principalmente o ensino de lógica e **Luísa** como a que aborda a discussão de temas éticos. Luísa é uma novela destinada a crianças de 12/13 anos – e, no Brasil, deveria ser adotada na 7ª e 8ª séries do ensino fundamental. Em outras palavras, o método prevê que o aprendizado das ferramentas lógicas seja anterior à discussão ética, por pressupor que o primeiro é condição da segunda. Além disto, não se preocupa o autor em fornecer argumentos que justifiquem a eleição dos temas propostos para a discussão, sua real importância, ou seus verdadeiros propósitos. Lipman limita-se a apresentá-los, pretendendo que sejam universais, em oferecer elementos que pudessem favorecer sua (re)contextualização. Essa imposição fornece um caráter artificial e uma superficialidade que dificilmente podem ser superados pelo professor, e que acabam por determinar o formalismo com que professores e alunos são conduzidos a se relacionar com a questão ética.¹

¹ Lipman fundamenta seu conceito de educação ética em três autores: Aristóteles, Kant e Mill. Do primeiro, afirma extrair a idéia de que a função que caracteriza os seres humanos é viver de acordo com a razão e que uma coisa pode ser considerada boa quando cumpre bem sua função: por isso, quanto mais racional for o homem, mais chances tem de ser bom. Do segundo, retira o conceito de “lei moral universal”, pela qual os seres humanos devem agir de acordo com aquilo que consideram ser a forma correta de todos agirem. Do terceiro, adota a abordagem utilitarista, o conceito de felicidade geral, a relação entre

Note-se, no entanto, que Lipman afirma que não se deve pretender prover as crianças com teorias éticas predeterminadas, que sirvam de guias de suas condutas, mas sim capacitá-las através da investigação com as ferramentas de raciocínio necessárias para um bom pensar (autocrítico e autocorretivo). Ressalta ainda que é a filosofia que pode cultivar todas as habilidades de pensamento que os assuntos sociais possam requerer, através do desenvolvimento de conceitos, da capacidade de definições, de inferências, de conexões, distinções, e raciocínio analógico. Porém, considera que o caráter das pessoas também tem importância significativa para a vida dos cidadãos. A afirmação seguinte evidencia a relação que o autor estabelece entre educação ética e o desenvolvimento de algumas habilidades atribuídas por ele ao ensino de lógica:

Uma pessoa que tem o caráter de “bom cidadão” é aquela que internaliza – isto é, adota como seus – os mecanismos sociais de racionalidade na prática institucional. Assim, membros de um comitê de seleção, cujas crenças e atitudes pessoais são diversas, concordarão com a necessidade de imparcialidade de evidências, especificações de trabalho claras e precisas, metas, objetivos e critérios de avaliação para que os candidatos sejam escolhidos justamente (LIPMAN, 1990, p. 67).

Contrariamente a sua proposta de um ensino de filosofia “neutro”, o autor afirma que, propositalmente ou não, quem ensina algo está sempre ensinando valores também e que o que deve ser feito é estar atento para um ensino “melhor” de valores, que sejam mais

o bem de cada indivíduo e o bem de todos. Da junção desses elementos, Lipman formula seu ideal ético, baseado no uso adequado das habilidades cognitivas, na busca por um consenso razoável, apoiado em argumentos racionais e no diálogo filosófico e democrático. Para Lipman, as crianças devem ter a possibilidade de experimentar a vida num contexto de respeito mútuo, de diálogo disciplinado, de investigação cooperativa, livre de arbitrariedade e manipulação, contexto este que é o que ele idealiza como sendo uma classe de filosofia para crianças, uma “comunidade de investigação”. Ele afirma que nada aprimora mais as habilidades de raciocínio do que uma conversa disciplinada e que esta, por sua vez, deve seguir às regras dadas pela lógica (LIPMAN, 1990, p. 67). É como um trabalho circular, no qual as habilidades direcionam o diálogo, ao mesmo tempo em que são reforçadas por ele. Para o autor, o diálogo é a condição da civilidade.

racionais e saudáveis. Para isso, ele sugere que se trabalhe com alguns critérios, tais como a *abordagem da ambiguidade de valores*, através da qual os valores considerados genuínos seriam aqueles oriundos da investigação de valores; *o fortalecimento do caráter*, entendendo por caráter o conjunto de hábitos que uma pessoa dispõe para comportar-se de modo recomendável em relação às obrigações cívicas (em se tratando de educação de valores, de formação ética), através do envolvimento das crianças em discussão de valores de maneira participativa e cooperativa, acatando as regras da discussão, ouvindo umas às outras, dando razões de seus pontos de vista e pedindo razões de seus colegas, aprendendo a apreciar a diversidade de perspectivas e a necessidade de contextualização; *a aplicação das habilidades de raciocínio*, representadas pelo uso de categorias lógicas (fazer inferências, trabalhar com coerências e contradições, lidar com ambiguidades, formular questões, compreender relações, dar razões, identificar suposições, fazer analogias, desenvolver conceitos, generalizar, reconhecer imprecisões, construir hipóteses, contextualizar, antecipar, prever e estimar conseqüências, classificar e categorizar); *a avaliação como foco da investigação de valores*, partindo da idéia de que o modo disperso pelo qual geralmente pensamos não é o modo como podemos e devemos pensar, mas sim podemos e devemos estar constantemente avaliando e reavaliando tudo o que envolve o nosso pensamento (inclusive ele próprio), através do emprego de critérios de aperfeiçoamento e conscientização; e *o uso de uma pedagogia apropriada para a investigação de valores*, que deve assumir a forma de investigação dialógica, numa atmosfera de cooperação intelectual e respeito mútuo, para que as crianças possam se familiarizar com os diferentes pontos de vista e perspectivas, possam se acostumar a desafiar e serem desafiadas, a dar razões, a refletir crítica e objetivamente sobre os seus e os pontos de vista alheios e, enfim, tornarem-se mais confiantes.

A filosofia é, para Lipman, a disciplina ideal, capaz de prover o ambiente ideal para que as características necessárias a uma educação de valores aconteça, não só por considerar a ética um ramo da filosofia,

mas também por considerar que os modelos de discussões e investigações filosóficas sempre levam a um aprendizado sobre relações humanas e sociais, sempre levam a uma tomada de consciência em relação ao outro, aos seus argumentos e a uma reavaliação de sua própria postura e de seus próprios argumentos. Diz o autor: “Quando se trata de raciocínio ético, a filosofia é um método indispensável, a subdisciplina da lógica é um aparato indispensável” (LIPMAN, 1990, p. 95).

Mas, seria a filosofia um “método” para se ensinar alguma outra coisa (no caso, valores)? Ou seria a filosofia um conjunto de conteúdos a serem ensinados? Essas e outras perguntas acompanham os profissionais da área, desde o início de suas formações, principalmente se resolvem seguir carreira como professores, o que ocorre na maioria das vezes. Afinal, o que deve ser ensinado em uma aula de filosofia e por quê? Enquanto diversos profissionais da área tentam aprofundar essa questão em encontros, seminários e congressos, Lipman oferece sua resposta através de sua definição de filosofia:

A filosofia tenta clarear e iluminar assuntos controversos e desordenados que são tão genéricos que nenhuma disciplina científica está equipada para lidar com eles. Os exemplos poderiam ser conceitos como verdade, justiça, beleza, individualidade e virtude. Ao mesmo tempo, a filosofia tenta perturbar nossas mentes em relação àqueles assuntos que tendemos a tomar por certos, insistindo que prestemos atenção aos aspectos que até agora achamos conveniente relevar. Qualquer que seja o assunto, entretanto, o objetivo da filosofia é o de cultivar a excelência no pensamento, e os filósofos fazem isso examinando o que é pensar historicamente, musicalmente, matematicamente – em uma única palavra, pensar excelentemente nas disciplinas.

Todavia, há algo de mais significativo que a filosofia traz à procura da excelência no pensamento, e que é sua subdisciplina de lógica. A lógica é uma disciplina normativa em vez de descritiva. Isto é, ela não se esforça para descrever como as pessoas pensam, mas oferece, em vez disso, critérios por meios dos quais podemos distinguir um bom pensamento de um mau pensamento. Ainda que os lógicos possam divergir sobre uma ou outra questão, é em geral reconhecido que as considerações da lógica são de grande

importância na determinação do que significa ser racional. Uma vez que a racionalidade é o objetivo primordial da educação refletiva, a lógica tem muito com o que contribuir ao cultivo do pensamento. [...].

[...] Se filosofia é o que fazemos quando nossas conversas tomam a forma de investigação disciplinada por considerações lógicas e metacognitivas, não temos o direito de negar o termo 'filosofia' àquelas conversas entre crianças que empregam essa mesmíssima forma..

Antes de considerarmos em mais detalhes a contribuição que a filosofia pode dar ao fortalecimento das habilidades de pensamento, deveríamos levar em consideração os modos pelos quais as áreas distintas da filosofia podem contribuir para o fortalecimento da educação. As principais áreas a serem mencionadas aqui são epistemologia, lógica, metafísica, ética e estética. Muito da fragilidade da educação moderna pode ser observado a partir do momento em que são eliminados do currículo assuntos normalmente tratados por essas subdisciplinas (LIPMAN, 1990, p. 112).

Lipman estrutura suas aulas de filosofia para crianças da seguinte forma:

- Leitura de uma parte do texto (um episódio de uma novela filosófica), em voz alta, pelos alunos.
- Indicação de passagens interessantes deste texto, o que permite a escolha de itens para a discussão. (Nada impede a participação do professor nesta etapa).
- Discussão a respeito de um tema escolhido pelos alunos (pode ser por votação).
- Para fortalecer tal discussão, o professor pode, se considerar necessário, aplicar os exercícios sugeridos no manual. (Note-se que há uma quantidade de temas sugeridos nos planos de discussão dos manuais para cada episódio).
- Não é necessário que a turma chegue a uma conclusão ou uma resposta única sobre a discussão, mas sim que faça uma avaliação sobre ela ao final de cada aula.

O autor recomenda ainda que os cursos preparatórios de professores de filosofia sigam a mesma metodologia, para que tais professores possam vivenciar o mesmo processo de seus alunos. Para ele, os tópicos filosóficos exercem atração natural nas crianças, por estas serem naturalmente curiosas, questionadoras e por eles serem vagos e permitirem uma certa flexibilidade em suas definições.

Tais conceitos prestam-se prontamente ao diálogo, com os alunos encontrando-se rapidamente engajados num cabo-de-guerra sobre as várias interpretações dos conceitos sob observação. Essas capacidades de os conceitos filosóficos gerarem linhas competitivas de discussão e um senso de investigação cognitiva e cooperativa é o que faz com que pareçam tão significativos e dinâmicos às crianças (LIPMAN, 1990, p. 110).

O fato de a metodologia de Lipman permitir e até preferir que a escolha dos temas filosóficos a serem discutidos se dê por intermédio das próprias crianças é justificado por ele pela necessidade de concentrar o foco no interesse delas, naquilo que as deixa perplexas, que a seu ver costumam ser os temas que mais se identificariam com aqueles já denominados por ele de “filosóficos” (comuns, centrais e controversos). Ele acredita que se possa, através dos assuntos de interesses das crianças, aprofundar o desenvolvimento racional e moral delas, baseando-se nas regras da comunidade de investigação e do diálogo filosófico. E, assim, evitar que elas sejam vítimas de doutrinações autoritárias ou de um relativismo insensato, pois teriam sido estimuladas pela filosofia a pensarem por si mesmas, de maneira crítica e a ouvirem cuidadosa e respeitosamente os outros, perseguindo, porém, um ideal de compreensão objetiva do universo que as cerca.

Conclusão

Parece-nos bastante contraditória a proposta lipmaniana de ensino de filosofia. Se por um lado ele pretende que a filosofia reforce o ambiente democrático, por permitir que se formem cidadãos plenos

de raciocínios críticos e criativos, capazes de deliberarem, questionarem, tomarem decisões, por outro, ele define que tal ensino de filosofia esteja fundamentado na transmissão de ferramentas lógicas. Para o autor, apenas o desenvolvimento de determinadas habilidades do pensamento pode garantir que seres humanos tenham condutas mais racionais e cuidadosas, necessárias para o convívio democrático. Em sua proposta não está mencionada claramente uma vertente de filosofia política que pudesse estabelecer mais claramente uma relação com um sistema de governo qualquer.

Ele diz como deve ser o ensino de filosofia, elabora novelas para esse fim e manuais de instruções para sua aplicação, não reservando nenhum espaço para o questionamento crítico ou a criação de novas possibilidades de se ensinar filosofia, seja pelos próprios professores ou pelos alunos. Ao nosso ver, tal metodologia é pouco filosófica e pouco democrática, pois já traz pronto um receituário a ser aplicado de determinada maneira e com determinados fins em vista. Não há um espaço para um debate filosófico de sua proposta de ensino. Há a tentativa de imposição de um método, um texto pronto que pretende apresentar determinados temas que Lipman acredita merecerem discussão e interesse por parte das crianças e manuais que ditam as regras, propõem formas de guiar as discussões em sala e oferecem determinados exercícios, cabendo aos professores aplicá-los.

O ensino de filosofia para Lipman tem um propósito, um objetivo definido, que passa pelo ensino da lógica, pretendendo formar cidadãos que raciocinem de uma forma superior aos outros que não desenvolveram determinadas habilidades cognitivas e passa por uma preocupação com o ensino de valores, ao mesmo tempo que pretende possuir neutralidade ideológica. Além de tentar limitar as possibilidades de pensar o ensino de filosofia, Lipman propõe uma “transmissão de neutralidade”, que por si só já não pode ser considerada neutra, isenta de ideologias. O autor busca estabelecer definições para a filosofia e a educação e não abre espaço para transpô-las.

O que ele define como raciocínio crítico se limita a aplicação de regras da lógica, o que ele define como raciocínio criativo não leva em conta a dimensão desconhecida das possibilidades do humano e o que ele define como cuidadoso limita-se ao cumprimento de determinadas regras de convívio social. O que ele define como filosófico nos parece estar definido por demais para merecer tal denominação. O que ele pretende como educativo se assemelha a uma imposição normativa de formação de caráter.

O autor define sua proposta como uma inovação pedagógica, porém intenciona impô-la como uma tábua de salvação para aquilo que considera ser um modelo educativo naufragado. Traz uma receita de bolo já pronta e acabada que serviria para estimular o interesse cognitivo dos alunos, tão acomodado pelo gosto insosso das metodologias das aulas tradicionais, porém, não intenciona discutir a aplicação de seus “ingredientes”, empurrando-os goela a baixo dos alunos e professores pelo uso das novelas e manuais. Esvazia o questionamento filosófico da subjetividade necessária para a sua realização, substituindo-a por um “diálogo filosófico” artificial e fabricado, por uma metodologia de *solving problems*. Subtrai a possibilidade de criação, de transformação e de verdadeira inovação.

LIPMAN ET L'ENSEIGNEMENT D'UNE PHILOSOPHIE IDÉALE

Résumé: Dans ce travail, on présente les principes généraux du Programme de Philosophie pour Enfants de Matthew Lipman. On s'interroge sur certains de ces présupposés philosophiques et pédagogiques en critiquant leurs caractères normatifs et contradictoires. On s'interroge aussi sur les objectifs de ce programme basé sur l'enseignement de la logique et la formation de valeurs. On critique la proposition de neutralité politique et idéologique d'un enseignement de philosophie qui vise à former de bons citoyens pour vivre ensemble dans une société démocratique idéale en faisant usage de méthodologies spécifiques à cette fin.

Mots-Clés: Philosophie. Éducation. Enfance.

Referências bibliográficas

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão**. Campinas: Papirus, 1991.

KOHAN, Walter Omar. **O que você precisa saber sobre filosofia para crianças**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LIPMAN, Matthew. **A filosofia vai a escola**. São Paulo: Summus, 1990.

SIMON, Maria Célia Moraes Neiva. O ensino da filosofia no 2º grau: crítica ou alienação? **Debates Filosóficos**, Rio de Janeiro, n. 2, 1980.